Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi, Psicóloga e Psicanalista, Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

São Paulo, Brasil

[mbeatiche@gmail.com](mailto:mbeatiche@gmail.com)

Fone -55 11 991875658

Eixos temáticos:

- Violências sociais. Violência do Estado.

-A psicanálise em tempos de exclusão, fragmentação e ruptura do laço social: intervenções psicanalíticas no campo comunitário.

**“A Clínica do Testemunho, uma clínica do laço social”.**

*".... o testemunho é um endereçamento a alguém que represente a comunidade humana da qual a testemunha foi isolada num determinado momento de sua existência pelo acontecimento do qual está falando. Quando uma testemunha toma a palavra é para afirmar o irredutível de uma experiência, ao mesmo tempo em que é para reatar os fios de uma vida interrompida por isso que a transformou radicalmente.* Nesse sentido, podemos dizer que o testemunho se torna uma necessidade quando houve ruptura do laço social"[[1]](#footnote-1). Regine Waintrater

Em 1964, a incipiente democracia brasileira sofreu um duro golpe que instituiu uma ditadura por 21 anos. O Estado de Exceção[[2]](#footnote-2)do regime militar identificou como inimigos internos os “subversivos comunistas” e sistematizou um poderoso aparato de violência, torturando, assassinando os adversários políticos.

Grande parte da população nunca reconheceu e processou esses crimes. Para os que sofreram na carne os “anos de chumbo” [[3]](#footnote-3), persistem as chagas da mortificação – e há, pelo menos, três gerações marcadas por isso. A sociedade calou, por medo ou conivência, e os traumas de quem sobreviveu a tais condições de desumanização se instalaram como estigmas da catástrofe social. Catástrofe que se caracteriza pela suspensão da condição de pertinência e pelo rompimento do laço social.

O terror de Estado, pela imposição de silêncio, pelo uso disseminado da perseguição e pelo imperativo de morte, exerce um verdadeiro ataque `as possibilidades de pensamento e a ordem de silêncio não fica restrita ao carrasco e suas vítimas, mas afeta toda a sociedade. Na prática da tortura, a palavra é pervertida, reduzida à dimensão de ataque por parte do torturador e de “confissão” ou “delação” por parte do torturado. No corpo social, o silêncio é medo ou indiferença.

As iniciativas de regate histórico durante a Nova República[[4]](#footnote-4), estabeleceram como eixo conceitual a recuperação da ***memória*** e ***verdade***, diante do desmentido e do apagamento dos registros dos crimes cometidos sob a tutela do estado.

Junto a outros programas da justiça de transição da Comissão da Anistia[[5]](#footnote-5) ,as Clínicas do Testemunho foram constituídas como proposta fazer o trabalho de reparação subjetiva junto aos cidadãos perseguidos pelo aparato estatal e suas famílias. Foi uma prática situada na intersecção entre a justiça de transição e a escuta clínica, tomando o trabalho de construção do ***testemunho*** como articulador desses campos.

**Sobre memória e realidade psíquica em psicanálise:**

“*Eu nunca vou esquecer! Será que aconteceu mesmo?”* **[[6]](#footnote-6)**

Como apontou Luiz Alfredo Garcia-Rosa (1993) [[7]](#footnote-7), Freud pensou o aparelho psíquico como um aparelho de memória constituído por distintos e sucessivos registros e o que chamamos de realidade psíquica é uma construção resultante das transmissões entre esses sistemas, suas falhas e ruídos.

O primeiro plano de registro deste aparelho é composto pelas impressões das vivências, ou os *signos de percepção.* São marcas que se relacionam por simultaneidade e são incapazes de se tornar conscientes. A seguir, temos os traços ou *representações inconscientes*, traços estes que se relacionam entre si por associação. A terceira qualidade de registro, pré-consciente, é formada pelo registro ideativo verbal. Cada um desses espaços psíquicos corresponde a diferentes inscrições que comporta sua lógica singular. As passagens de um espaço a outro se dão por uma espécie de rearranjo, ou re-transcrições, como diz Freud. A insistência das pulsões pressiona o trânsito dos traços de memória no sentido de sua tradução em novas inscrições, fazendo da transmissibilidade, da ligação, um atributo do aparelho psíquico, decorrente do princípio do prazer.

Diante do fenômeno do desprazer, o recalque, defesa entre o registro inconsciente e o pré-consciente, promove uma falha de tradução. Nas palavras de Freud “é como se esse desprazer provocasse um distúrbio do pensamento que não permitisse o trabalho de tradução” [[8]](#footnote-8). Nesse sentido, tanto o fenômeno da lembrança quanto do esquecimento são facetas da própria memória, que se alternam na diversidade de inscrição no aparelho mnêmico. A condição de subjetividade, para psicanálise, é correlativa a possibilidade do esquecimento.

As incidências traumáticas caracterizam um estado de comoção em que o aparelho psíquico entra em colapso e instala defesas muito mais radicais do que o recalque. Diante do impacto insuportável, o mecanismo de defesa da ***recusa*** [[9]](#footnote-9)intercepta, desliga as representações do vivido, isolando as marcas da experiência, impedindo sua tradução. Restam marcas incrustadas à margem e à revelia do aparelho psíquico, neoformações apartadas da rede de representações inconscientes, fora de sua lógica de ordenação e sentido. Os fatos podem até ser relatados, mas como as impressões primevas estão desligadas e não se conectam, subsiste um estranhamento referente à suspensão do juízo de existência. As marcas recusadas não produzem lapsos, nem atos falhos, nem sintomas como intermediários. Apresentam-se como estrago, feridas sem sentido, comprometendo os limites da noção de realidade. Não há lembranças, nem esquecimento. Há uma presença indelével que pulsa sem a intermediação dos *traços de representação* e irrompe como presença bruta como corpos estranhos, assustadores e mortíferos que, por não terem passado pelas transformações e pelo “desgaste” da transcrição, permanecem como perigo atual e real.

Às vezes a latência ante o vivido e sua possibilidade de transcrição significativa leva uma vida, uma geração, duas ou até três para encontrar um registro significativo e ganhar a dimensão de realidade. Nas palavras de Kaës “Não há nada que seja abolido, e que não apareça, algumas gerações depois, como enigma, como impensado, ou seja, como signo do que não pode ser transmitido na ordem simbólica....o traço, a marca, segue seu caminho através dos outros até que um destinatário se reconheça como tal” [[10]](#footnote-10)

**A reconstrução do laço social e o delicado trabalho de tecer narrativas:**

*“ao confrontar a humanidade com sua parte maldita e chamar a atenção para a posição ética que consiste em transmitir o indizível, o testemunho se tornou, se assim posso dizer, a forma privilegiada de narrar uma experiência qualificada de intransmissível, justamente por aqueles que tentam transmiti-la.”* [[11]](#footnote-11) Koltai

A proposta terapêutica na ***Clínica do Testemunho***[[12]](#footnote-12) consistiu na composição de espaços intermediários que permitissem pôr em movimento o aparelho de linguagem, dando lugar a criação de narrativas, que pudessem restituir lugares de significação, conectando as histórias singulares com a História coletiva. Para isso foi criada uma composição de settings que pudesse abrir espaços para a o trabalho de figurabilidade com “as feridas da memória, simultaneamente solitárias e partilhadas.”, como diz Paul Ricouer[[13]](#footnote-13).

O dispositivo central de acolhimento e escuta foi um grupo intergeracional, com sessões semanais, de duas horas e meia, conduzidas em coterapia. Vinham a essas sessões avós, filhos e netos que se reconheciam como vítimas de violência de estado. Filhos de uns formularam questões para outros pais, questões que não puderam ser pronunciadas durante todos esses anos. Pontualmente, foram realizadas sessões com os núcleos familiares, na perspectiva de recuperação de histórias interrompidas, quando já havia um não dito a ponto de poder ser dito. As sessões individuais, quando a privacidade foi condição para contornar a irrupção da angústia na saída do silêncio e do terror. Em alguns casos, também foi necessário realizar o acompanhamento medicamentoso psiquiátrico, como facilitador do processo. Tal arranjo foi projetado para compartilhar narrativas e desprivatizar a dor, mas também considerar o respeito à intimidade.

Na Incubadora de Projetos, pudemos acompanhar as oficinas de testemunhos a partir de outras linguagens como vídeo, teatro, desenho, estamparia.

Contamos ainda com as Conversas Clínicas Públicas (CCP), espaço de intervenção sobre o silêncio e o desmentido nos coletivos. As CCP eram realizadas em parceria com outras instituições não clínicas e, como expresso no nome, eram abertas ao público em geral. Começavam com recursos audiovisuais, na forma de testemunhos sobre a ditadura. Na sequência, três psicanalistas se colocavam em frente ao auditório e, depois de uma breve apresentação, convidavam o público a falar de suas experiências pessoais com a violência de Estado.

“*Os poetas –as testemunhas- fundam a língua com o que resta, o que sobrevive em ato à possibilidade ou impossibilidade de falar*”[[14]](#footnote-14).Agambem

Como disse Marcelo Viñar, [[15]](#footnote-15) “a barbárie totalitária compreendeu bem o saber psicanalítico e utilizou métodos muito bem elaborados que levam em conta esta verdade originária: a primazia da relação do homem com seu corpo” e, acrescento, a dependência desse laço com o outro. Utilizando um aparto de demolição dos “inimigos “através da imputação de condições insuportáveis de dor, de frio intenso, de escuridão, de isolamento, buscou produzir em suas vítimas a destruição de suas identificações de valor causando uma perda brutal de confiança no semelhante. Mesmo com todos os esforços de retorno à convivência social, as chagas da mortificação subsistem como ruptura da conexão entre o ser vivo e o ser que pensa e fala.

O traumático, sendo exceção e dissociação entre o passado e o presente, se manifesta como pedra no caminho que insiste em machucar e requer um trabalho de fusão, de incorporação e transmissão, a fim de permitir sua substituição e resgatar a *dignidade da língua* [[16]](#footnote-16). E o grupo, como um dispositivo de suporte, mostrou-se como um potente espaço transicional, lugar de jogar carretéis, forjar palavras para acolher, contornar.

Nesta clínica os psicanalistas são testemunhas do trabalho de construção de narrativas e a aproximação ao traumático faz surgir no espaço grupal e nos analistas as ressonâncias que fazem eco ao recusado. É um percurso de risco e temos como parceiros de viagem a dor e a angústia. A dor, afeto no entrelaçamento pulsional, como fenômeno entre o corpo e o psiquismo, entre a linguagem e o silêncio, aparece na proximidade com o sinistro. É sinal de limite, ora prestando-se à ação silenciosa da pulsão de morte, ora enlaçando-se à pulsão de vida, bordejando, contendo e protegendo da comoção, fazendo barreira no encontro com a loucura ou com a morte.

Dispor-se a ir ao encontro dos efeitos do pior consiste em deparar-se com *isso* no cerne da transferência. Testemunhamos a invasão da loucura da “língua” do torturador em suas vítimas, loucura que, como assombração, subjuga com imperativos de culpa, vergonha e desqualificação. Acompanhamos crises de angústia, somatizações, episódios alucinatórios, melancólicos ou paranoicos, impasses do caminho de subjetivação da experiência das marcas recusadas. Especialmente difíceis foram os fenômenos de invasão das cenas “carrasco e vítima” no espaço grupal. Cenas em que o sadismo, o masoquismo e as figuras da mortificação ameaçavam cada um e o grupo como um todo, momentos limite entre a ruptura e a abertura de espaços de desidentificação com o agressor.

A busca de sublimação pode ser um destino, mas não um refúgio! De qualquer modo, o percurso sublimatório margeou o traçado da dor, tropeçou no inominável e as propriedades de significação e reparação são limitadas.

Os testemunhos consistiram em construções de narrativas, verbais ou não e não havia uma consigna de atrelar o atendimento clínico aos outros dispositivos de justiça de transição. Vários dos que fizeram a construção de seu testemunho na clínica, quiseram fazer seus depoimentos nos espaços coletivos e oficiais, como nos processos na Comissão de Anistia e nas Comissões da Verdade.

**Os limites da clínica na reparação do laço social:**

Os efeitos traumáticos da Violência de Estado não se restringem às vítimas e o caráter catastrófico permanece, em função da manutenção de um desmentido oficial . Assistimos hoje no Brasil o retorno despudorado da gramática do carrasco na cena social.

Mesmo constando dos relatórios da Comissões da Verdade[[17]](#footnote-17) e da Comissão da Anistia, o poder judiciário, por omissão e conivência política, impediu o julgamento das responsabilidades pelas graves violações de direitos humanos. A determinação da condição de impunibilidade desses crimes suspendeu o trabalho de *justiça de transição*, selando um pacto denegativo em torno destas fraturas expostas.

Ao longo desses anos, mesmo que clandestinamente, a polícia continuou torturando e matando nas periferias das cidades e na luta do campo e hoje temos os poderes instituídos investindo na construção de um conjunto de ferramentas jurídicas que protegem tais práticas de violência, destituindo o valor da civilidade.

Dentre as versões atuais da pseudolegalidade, os espetáculos da operação “Lava Jato”[[18]](#footnote-18) são o mais conhecido mecanismo da impostura da lei, aliado a mais um golpe no estado de direito . As prisões preventivas, as conduções coercitivas, as “delações premiadas” são manipuladas convenientemente, promovendo a condenação e a exposição midiática de suas vítimas: os adversários políticos.

Diante das ameaças e da suspensão dos direitos de cidadania, os espaços de circulação de fala podem não ser suficientes, mas certamente contribuem para o acolhimento e sustentação do pensamento, recursos fundamentais de resistência e vitalidade no manejo com o mal-estar.

**Referências bibliográficas:**

Agambem, G *O que resta de Auschwitz*: São Paulo Boitempo, 2008.

Freud S.Carta 52 A Fliess(1876) in: Edição Standart Brasileira das Obras Psicologicas Completas . Rio de Janeiro. Imago ,1980.

Kaës,R; *Introdução ao conceito de transmissão Psíquica no pensamento de Freud in* Transmissão da Vida Psíquica entre as Gerações, Casa do Psicólogo, São Paulo, 2001.

Koltai, C. *Entre psicanálise e história: o testemunho*. Psicol. USP, abril 2016, vol.27, no.1, p.24-30.

Penot, Bernard Figuras da Recusa aquém do negativo.Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

Garcia Rosa, L *A Introdução à Metapsicologia Freudiana.2*. Rio de Janeiro:Zahar, 1993.

Waintrater, R. *Sortir du génocide - temoignage et survivance*. Petite bibliothèque, Paris: Payot, 2003.

Viñar, M e M. *Exílio e Tortura.* São Paulo: Editora Escuta, 2009.

Ministério da Justiça, Comissão da Anistia, Instituto Projeto Terapêuticos. *Travessia do silêncio, testemunho e reparação*. Coord. M.R. da Silva Jr. & I. Mercadante. Brasília: Min. Justiça, Comissão de Anistia. São Paulo: Projetos Terapêuticos, 2015. Disponível online em:http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/travessia\_final.pdf.

Riqueur, P. “O bom uso das feridas da memória” in *Les résistances sur le Plateau Vivarais-Lignon.* Publicado em: (1938-1945); *Témoins, témoignages et lieux de mémoires. Les oubliés de l´histoire parlent*, Paris Editions du Roure. Disponível em [www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/,).

**Rolland, J.C. Soigner, témoigner** (palestra proferida em 18/06/2011 durante o **V Colóquio da Associação Primo Levi,** tendo como tema**: “Linguagem e Violência: os efeitos dos discursos sobre a subjetividade de uma época”. Disponível em** [www.dominicanos.org.br/textos/frtito/htm.](http://www.dominicanos.org.br/textos/frtito/htm.%20)

1. R.. *Sortir du génocide - temoignage et survivance*” Petite Bibliothèque Payot, Paris 2003. [↑](#footnote-ref-1)
2. *Estado de exceção* é um conceito de Giorgio Agamben (*apud* Arantes, 2013): “um patamar de indeterminação entre a democracia e o absolutismo” (p. 123)*.* [↑](#footnote-ref-2)
3. expressão pela qual se nomeia a ditadura de cunho militar. [↑](#footnote-ref-3)
4. ***Nova República***; período da história republicana do Brasil que iniciou com a redemocratização do regime político. [↑](#footnote-ref-4)
5. A ***Comissão da Anistia*** fez parte do Ministério da Justiça desde 2002 com a função de julgar os processos de pedido de reparação aos que tiveram seus direitos civis violados pelas perseguições políticas na ditadura e estabelecer as políticas de reparação Houve, pelo menos, 70.0000 processos entre os que foram encaminhados para julgamento na Comissão da Anistia. [↑](#footnote-ref-5)
6. Trecho de depoimento no documentário **15 filhos** de Marta Nehring & Maria de Oliveira. [↑](#footnote-ref-6)
7. Garcia Rosa, L *A. Introdução à Metapsicologia Freudiana .2*. Rio de Janeiro [↑](#footnote-ref-7)
8. - Carta 52 A Fliess(1876) in: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas . Rio de Janeiro. Imago ,1980, pg319. [↑](#footnote-ref-8)
9. Uso aqui o conceito de ***recusa*** , tal como o trabalhou Bernard Penot em “Figuras da Recusa aquém do negativo” em que o mecanismo de defesa é ***recusa da realidade*** . [↑](#footnote-ref-9)
10. Kaës,R; *Introdução ao conceito de transmissão Psíquica no pensamento de Freud in* Transmissão da Vida Psíquica entre as Gerações, Casa do Psicólogo, São Paulo, 2001 pg 56 [↑](#footnote-ref-10)
11. C. Koltai,” *Entre psicanálise e história: o testemunho*”, *Psicol. USP*, abril 2016, vol.27, no.1, p.24-30. ISSN 013-656 [↑](#footnote-ref-11)
12. . Os atendimentos das ***Clínicas do Testemunho*** foram realizados realizado em parceria com instituições de saúde mental, selecionados em regime de edital. O Núcleo do Instituto Projetos Terapêuticos, do qual fiz parte da equipe, fez parte deste programa entre 2013 e 2015. [↑](#footnote-ref-12)
13. P. Riqueur, “O bom uso das feridas da memória” in *Les résistances sur le Plateau Vivarais-Lignon .*Publicado em: (1938-1945); *Témoins, témoignages et lieux de mémoires. Les oubliés de l´histoire parlent*, Paris Editions du Roure, 2005, P 2. [↑](#footnote-ref-13)
14. Agambem, G *O que resta de Auschwitz* : São Paulo Boitempo, 2008, p 160 . [↑](#footnote-ref-14)
15. M. e M. Viñar, *Exílio e Tortura,* Editora Escuta, São Paulo, 2009, p. 46. [↑](#footnote-ref-15)
16. **J.C. Rolland, *Soigner, témoigner*** (palestra proferida em 18/06/2011 durante o **V Colóquio da Associação Primo Levi,** tendo como tema**: “Linguagem e Violência: os efeitos dos discursos sobre a subjetividade de uma época”. p3** [↑](#footnote-ref-16)
17. Comissão Nacional da Verdade (CNV) é o nome de uma comissão brasileira que investigou as violações de direitos humanos por agentes do Estado,no Brasil. Houve também as comissões de âmbito estadual, municipal, de órgãos de classe e universitárias, que foram instituídas como desdobramento político da instituição da CNV. [↑](#footnote-ref-17)
18. A ***Operação Lava Jato*** é um conjunto de investigações em andamento pela [Polícia Federal do Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Federal_do_Brasil), que cumpriu mais de mil [mandados de busca e apreensão](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mandado_de_busca_e_apreens%C3%A3o), de [prisão temporária](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pris%C3%A3o_tempor%C3%A1ria), de [prisão preventiva](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pris%C3%A3o_preventiva) e de coercitiva, com a justificativa de apurar um esquema de [lavagem de dinheiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lavagem_de_dinheiro). Hoje está evidente que essa operação teve e tem fundamentalmente um caráter de criminalizar a política. [↑](#footnote-ref-18)